



# Câmara Municipal

## da Estância Turística de Ibitinga - SP

- Capital Nacional do Bordado -



### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Consigna Título de Cidadã Honorária a Senadora Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy.

(Projeto de Decreto Legislativo nº \_\_\_\_\_/2018, de autoria da Vereadora Alliny Sartori)

Art. 1º Fica consignado a Senadora Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy o “Título de Cidadã Honorária”, como homenagem da comunidade ibitinguense pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ibitinga.

Art. 2º O referido “Título de Cidadã Honorária” será entregue em Sessão Solene da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, em data a ser designada pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Dejanir Storniolo", em 25 de abril de 2018.

ALLINY SARTORI  
Vereadora - SD





# *Câmara Municipal*

## *da Estância Turística de Ibitinga - SP*

*- Capital Nacional do Bordado -*

### **JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**Excelentíssimo Senhor Presidente e demais Vereadores,**

Esta propositura é uma altiva homenagem a Excelentíssima Senadora Senhora Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy, reconhecendo sua dedicação ao nosso município, sendo indiscutivelmente, merecedora desta honraria através do Poder Legislativo de Ibitinga.

Contudo, solicito o aval dos demais Edis desta Casa por se tratar de uma justa homenagem em consideração ao trabalho, a trajetória ímpar desta mulher e também como reconhecimento aos recursos destinados à Capital Nacional do Bordado.

Somente em 2017 os recursos financeiros foram disponibilizados para cidade segue a quase meio milhão de reais. Segue a relação:

**Recurso Extraorçamentário junto ao Ministério da Integração Nacional para Infraestrutura – Pavimentação Asfáltica**

**Empenho 2017NE000511**

**Valor R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**

**Emenda Parlamentar junto ao Ministério da Saúde – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde- Ambulância**

**Empenho 2017NE475678**

**Valor R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**

**Emenda Parlamentar junto ao Ministério da Saúde – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Custeio**

**Empenho 2017NE459813**

**Valor R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**

**1ª parcela 2017OB839836**

**2ª parcela 2017OB844384**





# *Câmara Municipal*

## *da Estância Turística de Ibitinga - SP*

*- Capital Nacional do Bordado -*

Além desses recursos, existem outras solicitações destinados ao município que serão empenhados. A Excelentíssima senhora Marta Suplicy foi à primeira mulher eleita senadora por São Paulo, cumprindo o mandato de 2011 a 2019. É a atual presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) 2017/2019. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de vice-presidente do Senado entre 2011 e 2012. No Governo Federal atuou como Ministra da Cultura, Ministra do Turismo. Foi prefeita na cidade de São Paulo e deputada federal de 1995 a 1999.

Formada pela PUC-SP, com mestrado em Psicologia Clínica pela Michigan State University e Pós-Graduada na Stanford University, é autora de nove livros e foi pioneira na apresentação de um quadro sobre comportamento sexual na Rede Globo (TV Mulher); programa exibido, posteriormente na TV Manchete (década de 80). Como escritora já contribuiu como os jornais Folha de S. Paulo e o O Dia, além das renomadas revistas Cláudia e Vogue.

Os destaques do seu trabalho no mandato a deputada federal foi a reserva de vagas para candidatas introduzida na legislação através do projeto de lei 9.100 de 1995, a chamada Lei de Cotas. À frente da prefeitura, criou programas sociais como o do Bilhete Único, que permite à população fazer várias integrações de ônibus pagando uma única passagem, e o Vai e Volta, que oferece transporte escolar para as crianças. No Ministério do Turismo criou o Viaja Mais Melhor Idade (voltado a aposentados e pensionistas), o Viaja Mais Jovem, o Plano Nacional de Turismo 2007/2010 e o Programa de Mobilidade para a Copa 2014.

No Senado Federal possui uma intensa participação legislativa como membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher (CMCF), CPI dos Maus-tratos (CPIMT) e Grupo Parlamentar Brasil-China (GPCHINA). E como suplente da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (CMCF), Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de 2018 (CMO), Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Respeitosamente,



ALLINY SARTORI  
Vereadora – SD

**A Sua Excelência o Senhor**  
**ANTONIO ESMAEL ALVES DE MIRA**  
**Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga – SP**



## CURRÍCULO

Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy, nasceu em 18 de março de 1945. É uma política, psicanalista e sexóloga brasileira. Filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atualmente exerce o cargo de senadora da República.

Marta viveu seus primeiros anos no Jardim Paulistano. Após cursar psicologia pela PUC-SP, trabalhou como psicóloga comportamental e sexóloga. Em 1980, passou a apresentar o quadro Comportamento Sexual, na TV Mulher. Entre 1989 e 1992, trabalhou com Paulo Freire na implementação de um programa de orientação sexual. Em 1994, foi eleita deputada federal e em 1998, concorreu ao governo de São Paulo.

Em 2000, elegeu-se prefeita de São Paulo. Em 2007, tornou-se ministra do Turismo, ministra da Cultura e eleita senadora em 2010. A filha primogênita do industrial carioca Luís Affonso Smith de Vasconcellos e da dona de casa paulista Noêmia Fraccalanza Smith de Vasconcellos teve três filhos: Eduardo "Supla" (1966), André (1968) e João (1974).

Marta viveu sua infância e adolescência na cidade de São Paulo cursou o primário no Externato Madre Alix e estudando no Colégio Des Oiseaux, das cônegas de Santo Agostinho, até o fim do curso ginásial. Logo depois, cursou o colegial no Colégio Nossa Senhora de Sion, também na cidade de São Paulo, onde fundou e presidiu o Grêmio estudantil na década de 1960, com marcada atuação na política estudantil, notadamente contra a ditadura militar. Em 1964, ingressou no Instituto Sedes Sapientiae, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), para estudar psicologia.

No campo da psicologia, Marta publicou nove livros relacionados a esse tema, incluindo: *Conversando sobre Sexo* (1983), *Sexo para adolescente: orientação para educadores* (1988), *Papai, mamãe e eu: o desenvolvimento sexual da criança dos dois aos seis anos no lar e na escola* (1990), *Guia de orientação sexual* (1994), *Sexo se Aprende na Escola* (1995) e *Sexo para adolescente: amor, homossexualidade, masturbação, virgindade, anticoncepção, AIDS* (1995).

Em 1994, Marta candidatou-se a deputada federal. Sua plataforma de campanha priorizou as minorias. Ela foi eleita com 76,1 mil votos.

Em agosto de 1995, Marta apresentou um projeto de lei que obrigava que 20% das vagas de candidatos em um partido ou coligação nas eleições proporcionais fosse preenchida por mulheres. Em setembro de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei que estabelecia as normas para as eleições municipais de 1996, incluindo a obrigação de que 20% das candidaturas sejam obrigatoriamente ocupadas por mulheres. Em 1997, Marta passou a defender que este número obrigatório subisse para 30%, argumentando que a participação feminina na política estava evoluindo lentamente e "muito pouco." Em setembro de 1997, as novas regras eleitorais sancionadas pela presidência estipularam que "cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo."

Em junho de 1996, uma comissão especial na Câmara dos Deputados foi criada para debater o projeto de sua autoria que possibilitava a união civil entre pessoas do mesmo sexo, e que também instituía as mesmas garantias legais dadas a casais heterossexuais. A

proposição, chamada de Projeto de Lei 1151 de 1995, recebeu forte oposição da bancada evangélica e de parlamentares conservadores e, posteriormente, foi arquivada. Também relacionado aos direitos LGBT, apresentou a Proposta de Emenda à Constituição 139/1995, que visava proibir a discriminação motivada pela orientação sexual. Com o parecer favorável do relator Régis de Oliveira, a PEC foi aprovada na CCJ. No entanto, a comissão especial para avaliar o assunto não foi constituída e, no início da legislatura seguinte, a proposição foi arquivada.

No decorrer de toda a 50.<sup>a</sup> Legislatura, ela foi integrante da Comissão de Seguridade Social e Família, da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão sobre Violência contra a Mulher, e suplente das comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

Em 1º de janeiro de 2001, Marta foi empossada prefeita de São Paulo em uma cerimônia na Câmara Municipal. No início de seu mandato, Marta enfrentou sucessivas ondas de greves no serviço de transportes. Para lidar com a situação, promoveu uma reestruturação do sistema de transportes, com a utilização de micro-ônibus em alguns trajetos, que complementavam os ônibus, a redução do número de linhas e o cancelamento de concessões a empresas. Marta também construiu vias exclusivas para a circulação dos veículos de transporte público, sem barreiras físicas, que ficaram conhecidas como Passa-Rápido. Em maio de 2004, instituiu o Bilhete Único, que permitiu ao usuário de ônibus fazer várias integrações, em um intervalo de duas horas, pagando uma passagem.

Em seu plano de metas para o mandato, Marta incluiu a construção de 45 Centros Educacionais Unificados (CEUs), que, além de desempenharem o papel de estabelecimento educacional, ofereceriam serviços e atividades extra-curriculares, como teatro, cinema e piscina. Em agosto de 2003, o primeiro CEU, em Guaianases, foi inaugurado. Durante todo seu mandato, foram construídos 21 CEUs em áreas carentes da periferia. Ainda na área da educação, sua gestão distribuiu uniformes e material escolar para um milhão de crianças, criou duzentas mil vagas na rede municipal, instituiu o programa Vai e Volta, de transporte escolar, e implementou projetos de orientação sexual.

No âmbito social, Marta iniciou o programa Renda Mínima, que complementava um ganho mensal de famílias carentes com filhos de até catorze anos que estavam estudando, introduziu o mecanismo de Orçamento Participativo, e substituiu as administrações regionais (AR's) pelas subprefeituras, que ganharam maior autonomia.

Em meados de fevereiro de 2007, Marta ocupou o Ministério do Turismo. Em 13 de junho de 2007, Marta lançou o Plano Nacional do Turismo, que previu investimentos de quase R\$ 1 bilhão para a promoção interna e externa do país até 2010. Em setembro de 2007, criou o programa "Viaja Mais Melhor Idade", que possuía o objetivo de proporcionar a aposentados, pensionistas e pessoas com mais de 60 anos de idade a oportunidade de conhecer o país durante os períodos de baixa ocupação. Para isso, o programa oferecia facilidades, como preços mais baixos do que os de mercado e a disponibilidade de empréstimos por meio do desconto na folha de pagamento, não podendo ter juros mensais superiores a 1%. Marta foi a primeira mulher eleita Senado Federal pelo estado de São Paulo com 8,3 milhões de votos. Em 2012, Marta foi nomeada para chefiar o Ministério da Cultura e implementou o Sistema Nacional de Cultura, a Lei Cultura Viva.

No Senado Federal possui uma intensa participação legislativa como membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher (CMCF), CPI dos Maus-tratos (CPIMT) e Grupo Parlamentar Brasil-China (GPCHINA). E como suplente da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (CMCF), Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de 2018 (CMO), Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).